

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

www.conselhoch.com.br

RESOLUÇÃO 058/2025

Trata da aprovação do 1º Quadrimestre de 2025 e dá outras providências

O Conselho Municipal de Saúde de Charqueadas/RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 3.268 de 25 de março de 2021, o Decreto Municipal n.º 3.833 de 25 de março de 2021 e a Resolução n.º 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e,

Considerando o Parecer 005/2025, **FAVORÁVEL** da CTFO que trata do 1º quadrimestre do ano de 2025;

Considerando a decisão da maioria do colegiado, na reunião plenária ocorrida em 13 de agosto de 2025.

Resolve:

Art. 1º **Aprovar** a prestação de contas constante no Relatório Financeiro e Orçamentário do 1º quadrimestre de 2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Charqueadas, 13 de agosto de 2025.

Fernando Araŭjo Nunes

Presidente

O Prefeito dando cumprimento ao que determina no artigo 37 da Constituição Federal e o inciso XII da quarta diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, **HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO**.

Ricardo Machado Vargas

Prefeito Municipal de Charqueadas/RS

CMS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Rua Miguel Pereira de Carvalho, 280, Centro. Charqueadas/RS – CEP 96.745-000

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Charqueadas - CMS-Conselho Municipal de Saúde

COMISSÃO TÉCNICA DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

Parecer 002/2025.

Apreciação do Relatório Anual de Gestão de 2024.

Trata-se de parecer técnico referente à apreciação do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ano 2024, para cumprir com a legislação federal que trata dos instrumentos de Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) - Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS -, que prevê que os relatórios de gestão devem ser avaliados pelo Conselho Municipal de Saúde. Esta comissão analisou o Relatório do aspecto financeiro.

Conforme artigo 2º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Charqueadas, homologado pelo Decreto nº 8333, de 25 de março de 2021, é de competência deste Conselho, entre outras ações:

- Atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, incluídos seus aspectos econômicos, financeiros e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;
- Deliberar sobre os modelos de atenção à saúde da população e de Gestão do Sistema Único de Saúde;
- Aprovar o Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual de Saúde, Relatório de Gestão, bem como todos os projetos, programas e ações da saúde.

Já conforme o Decreto Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências,

Art. 35. O Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde definirá as responsabilidades individuais e solidárias dos entes federativos com relação às ações e serviços de saúde, os indicadores e as metas de saúde, os critérios de avaliação de desempenho, os recursos financeiros que serão disponibilizados, a forma de controle e fiscalização da sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

Conforme a Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, já citada:

"Art. 436. O DGMP deve ser obrigatoriamente utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para:

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Charqueadas

- CMS-Conselho Municipal de Saúde

COMISSÃO TÉCNICA DE ORCAMENTO E FINANCIAMENTO

(...)

II - elaboração de:

- a) Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior RDQA; e
- b) Relatório Anual de Gestão RAG; e
- III envio ao Conselho de Saúde respectivo:

(...)

- b) do RDQA, para inclusão da análise pelo Conselho, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de
- c) do RAG, para inclusão da análise e do parecer conclusivo pelo Conselho, nos termos do § 1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012." (NR).'

CONSIDERANDO que os dados apresentados em cada relatório são importados automaticamente de outros sistemas de informação do Governo Federal, indicando a utilização de recursos financeiros e orçamentário;

CONSIDERANDO que não havendo apreciação dos relatórios enviados pelo gestor municipal, pode haver prejuízos para o Município, inclusive de ordem financeira e orcamentária:

CONSIDERANDO os resultados dos indicadores de saúde apresentados nos Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior,

CONSIDERANDO que o maior volume de recursos foi aplicado na Atenção Primária em Saúde, no total de R\$22.751.457,84, sendo R\$22.687.475,84 despesa corrente e R\$63.982,00 despesa de capital, configurando em mais de 50% do total da despesa com Saúde.

CONSIDERANDO que o total de recursos aplicados na Atenção Hospitalar é de R\$12.004.664,14.

CONSIDERANDO que o total de recursos aplicados no Suporte Terapêutico e Profilático é de R\$1.040.612,06. Que o total de recursos aplicados em despesas com Vigilância Epidemiológica é de R\$1.781.927,39 e em outras subfunções o valor das despesas em saúde foi de R\$4.370.089,76.

CONSIDERANDO que a despesa total com Saúde no Município foi de R\$1.200,30 por habitante, um aumento de 31,45% em relação ao ano anterior - refletindo as necessidades de atendimento da população por conta da enchente; e

CONSIDERANDO o cumprimento o disposto no Capítulo III Seção I Art. 7º que determina que o percentual mínimo aplicado pelos Municípios anualmente em acões e serviços de saúde é de 15% da arrecadação de impostos, uma vez que Charqueadas aplicou 20,14% deste total.

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Charqueadas — CMS— Conselho Municipal de Saŭ

COMISSÃO TÉCNICA DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

Após análise e discussão pela Comissão Técnica de Assistência Financiamento e Orçamento, emitimos o presente parecer conclusivo FAVORÁVEL COM RESSALVAS, registrando-se prontamente no sistema DigiSUS Gestor,

RECOMENDANDO-SE QUE

- 1) Utilize-se na totalidade o recurso de investimento, que deixou de ser utilizado em 2024, para estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária em Saúde em 2025, indicando onde foi executado;
- 2) Utilize-se na totalidade os recursos de investimento, que deixaram de ser utilizado em 2024, relacionados ao Serviço de Vigilância em Saúde em 2025, indicando onde foi executado;
- 3) Utilize-se na totalidade o recurso de custeio, que deixou de ser utilizado em 2024, para a Transformação Digital no SUS em 2025, indicando onde foi executado:
- 4) Utilize-se na totalidade o recurso de custeio, que deixaram de ser utilizado em 2024, de Apoio à manutenção dos polos de academia da saúde em 2025, indicando onde foi executado;
- 5) Utilize-se na totalidade o saldo do recurso, que deixaram de ser utilizado em 2024, de custeio disponível para Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária em saúde para cumprimento das metas nacional em 2025, indicando onde foi executado.

É o nosso parecer dos membros presentes na reunião da CTOF nesta data.

Charqueadas, 25 de março de 2024.

Membro da CTF

(MI) Aline Künzel Teixeira Membro da CTFO e relatora

Joana Olivia Fernandes

Membro da CTFO

- CMS -